

ROMA E O MEDITERRÂNEO

Maria do Carmo Parente Santos⁵⁷

RESUMO

Mas, apesar de Roma não ser uma cidade litorânea o fato de haver conquistado toda a Península Itálica fez com que o mar Mediterrâneo adquirisse uma enorme importância para os romanos, pois este se tornou o eixo de integração de todas as regiões integrantes do Império Romano.

Palavras chaves: Roma; Mediterrâneo; Império.

ABSTRACT

But although Rome was not a seaside town, the fact that it had conquered the whole of the Italian Peninsula made the Mediterranean sea of great importance to the Romans, since it became the axis of integration of all the regions that are part of the Roman Empire.

Key words: Rome; Mediterranean; Empire.

Roma nasceu afastada do mar. Para Cícero isto constituía-se numa vantagem, uma vez que na sua perspectiva, as cidades litorâneas estão muito expostas tanto às doenças quanto à corrupção de suas tradições. Estas são postas em xeque pelos costumes estrangeiros chegados aos portos juntamente com as mercadorias transportadas pelos navios e que nem sempre são condizentes com o modo de vida dos ancestrais. Mas, apesar de Roma não ser uma cidade litorânea o fato de haver conquistado toda a Península Itálica fez com que o mar Mediterrâneo adquirisse uma enorme importância

⁵⁷ Professora Associada de História Medieval e integrante do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua com professora da Pós-Graduação Lato Sensu de História Antiga e Medieval/CEHAM/UERJ, E-mail: beccaria10@yahoo.com.br

para os romanos, pois este se tornou o eixo de integração de todas as regiões integrantes do Império Romano.

Nas suas margens desenvolveu-se a civilização romana caracterizada por haver promovido uma amálgama das diversas culturas dos inúmeros povos submetidos ao governo romano durante o processo expansionista. Estes ao longo do tempo foram paulatinamente sendo absorvidos a sociedade romana, pela cooptação de seus estamentos superiores, cujos membros eram recompensados por sua lealdade ao Império com a possibilidade de tornarem-se membros da elite governamental tanto nas províncias como na própria Roma. Isto era decorrente da postura das autoridades livres de preconceito no que se referia a raça e a religião. O que pode ser observado quando constatamos a não existência de guerras motivadas pelo desejo de impor uma ideia política ou um credo religioso. A inclusão das elites, povos provinciais ao mundo romano só era possível pela adoção do modo de vida romano, dos seus valores, da sua educação e do aprendizado das duas línguas – o grego e o latim. Se isto fosse feito, estas pessoas eram admitidas sem reservas no seio da aristocracia, cujos membros de origens diversas comungavam da mesma cultura, dos mesmos gostos e da mesma linguagem, exercendo o poder na Itália, África, sul da França, vales do Ebro e do Guadalquivir ou nas regiões distantes do Oriente.

Este espírito conciliador dos romanos manifestou-se desde as primeiras conquistas, quando após derrotar os latinos na península Itálica foram paulatinamente firmando acordos com cada uma das suas cidades. Arísia, cujos habitantes receberam a cidadania romana é um bom exemplo disto, bem como Tíbure e Prenestre ambas consideradas independentes e aliadas dos romanos. Outras cidades firmaram acordos bilaterais com Roma, obtendo uma cidadania parcial (*civitas sine sufragio*), situação em que a população gozava de privilégios legais, mas ficava obrigada a fornecer tropas, visando a defesa mútua. Este mesmo procedimento pautado pela astúcia e denotador do conhecido prático dos romanos repetiu-se em todas as regiões conquistadas: África,

Oriente, Península Ibérica e Gália. Ao conquistar as cidades da Magna situadas na Sicília e no sul da Itália (Siracusa, Agrigento, Sibaria, Crotona e Régio) os romanos entram em contato com o mundo mediterrâneo. Antes da Segunda Guerra Púnica, como medida de segurança, Roma anexou a Sardenha e a Córsega, ao final do conflito tinha 43 províncias para administrar.

Primeiramente as atenções do senado romano, que ditava as diretrizes da política externa republicana voltaram-se para o Oriente, área mais populosa, onde estavam estabelecidas sociedades antigas, portadoras de culturas com alto grau de sofisticação. Dentre todas, contudo, a que mais atraiu a admiração dos romanos foi a cultura grega, cuja influência foi a cultura grega, cuja influência permeou os mais importantes aspectos do mundo romano. É bem verdade que as relações entre gregos e romanos, apesar da extrema admiração que estes votavam aos primeiros não foi livre de conflitos e nem sempre a harmonia prevaleceu. O saque da cidade de Corinto pelo exército romano é um bom exemplo de quão difíceis estas podiam ser. A própria penetração do helenismo em Roma, se foi bem recebida por aristocratas como Cipião Emiliano que se cercou de um ciclo de pensadores gregos, como historiador Políbio e o filósofo Panécio; também sofreu forte oposição entre os partidários de Catão, o Antigo, para quem a adoção dos costumes e da filosofia grega constituía-se num atentado ao *mores maiorum*.

Uma avaliação serena da postura dos romanos em relação a Grécia, aponta, sem dúvida, para a existência de um entusiasmado filo-helenismo, sentimento que inúmeras ficou difícil de conciliar com seus interesses econômicos na região, levando o senado romano a ordenar medidas violentas quando acreditava que estes interesses estavam sendo ameaçados na região, como foi o caso da destruição de Corinto, já acima lembrada por nós. Mas, também é fato que o passado glorioso de certas cidades garantiu-lhes um tratamento diferenciado por partes dos romanos. Atenas e Esparta encontraram-se nesta posição. Atenas era considerada pelos romanos como centro da

cultura e das artes da época, despertando neles uma tolerância raras vezes observada nas relações dominador-dominado.

As atenções romanas só se voltaram para o Mediterrâneo ocidental, quando o seu domínio sobre o Oriente era incontestável. É certo que as guerras púnicas determinaram a presença romana no território da Península Ibérica, pois este era a principal base de recursos para o abastecimento do exército cartaginês, uma vez que seu solo rico em metais, suas florestas onde cresciam árvores de grande porte forneciam as tropas os materiais necessários para a feitura de armas. Porém, mais do que isso, a existência de inúmeras tribos, cujos homens apresentavam um grande vigor físico e uma inegável vocação guerreira fazendo com que pudessem ser cooptados às fileiras das tropas púnicas, tornou a posse da Península uma necessidade militar. Mas, o estabelecimento dos romanos na Península Ibérica foi paulatinamente se efetivando e a região viu-se anexada definitivamente ao poderoso império. Partindo do seu litoral mediterrâneo, os romanos construíram a via Hercúlea, importante estrada, o eixo de onde partiam vários outros caminhos que percorriam o território peninsular em direção à Gália, ligando as mais diversas regiões, facilitando o comércio e o deslocamento de tropas. A par disto, as autoridades romanas fundaram inúmeras cidades importantes: Barcelona, Valência, Zaragoza, Pamplona, Málaga, Lisboa.

Este processo iniciou-se com Júlio César, fundador de inúmeros núcleos urbanos para albergar soldados licenciados ou imigrantes italianos. Estas cidades eram imitações, em tamanho pequeno de Roma, tanto em sua organização como em sua estrutura urbanística. Nelas, assim como ocorria na capital do império, o governo exercido por uma aristocracia rica, cujo ideal de vida era em tudo se parecer com a *nobilitas* romana. A extensão de vias marítimas e terrestres de que dispunha a região fez com que esta participasse ativamente do comércio mediterrâneo. Itália, o litoral norte-africano e as ilhas eram os mercados consumidores da produção peninsular. No primeiro século da nossa era os portos levantinos e andaluzes – Cádiz, Ampurias,

Cartagena, Tarragona—conheceram uma enorme prosperidade. Mas, não somente os portos ibéricos conheceram este florescimento. Nos últimos dois séculos a.C. a atividade comercial no Mediterrâneo incrementou-se com os navios carregando uma grande quantidade dos mais diversos produtos oriundos das diferentes regiões pertencentes ao império. As exportações da Itália, especialmente cerâmica, vinho, azeite e utensílios de ferro manufaturados em Cápua e Puteoli eram distribuídas por toda a área mediterrânea.

Esta expansão era favorecida pelos interesses do grupo senatorial, que não mais fazendo caso da ética tradicional que recomendava aos seus integrantes viverem apenas do rendimento de suas terras, entregavam-se a atividade comercial aumentando suas fortunas. Roma, centro econômico e político do império, teve o seu porto principal primeiro em Puteoli – por volta de 125 a.C. só inferior a Delos — e, depois, em Óstia, agora durante o governo de Augusto. Servidos por uma rede de faróis, os principais portos provinciais que recebiam as exportações romanas, ao mesmo tempo que tratavam do comércio regional eram Narbo (Narbona) e Arelate (Arles), na Gália; Útica (substituído por Cartago), Cirene e Cirta (Constantina), no Norte da África; Atenas, Delos e Éfeso (logo suplantado por Esmirna), no Egeu; Antioquia e Apameia, na costa síria; e no Egito, Alexandria, que ficava a três semanas de Óstia por mar. A estas e muitas outras cidades afluíam os negociantes italianos—mercadores, banqueiros e proprietários de oficinas e grandes fazendas. Seu número era tão expressivo que durante a guerra de Roma contra o rei do Ponto, Mitridates 80000 foram chacinados por este soberano só na Ásia Menor.

Mas, não só os barcos comerciais navegavam pelo Mediterrâneo. A pirataria era endêmica na região e causava muitos prejuízos ao comércio. Seu principal foco era a Ilíria. A luta contra os piratas foi incessante durante os dois últimos séculos da república e, em certos períodos desses séculos sua ineficácia colocou em xeque o próprio prestígio do senado romano. Após a segunda guerra púnica a antiga cidade-estado tornara-se um

império e esta transformação foi marcada por uma imensa instabilidades político-social num processo extremamente violento em que as bases institucionais da república entraram em colapso levando ao seu desaparecimento e ao surgimento do Principado, sob a liderança de Augusto. A atuação deste no governo visou estabelecer regras firmes na administração das províncias, que durante o período final republicano ficaram entregues a rapacidade de governadores inescrupulosos aliados aos publicanos para promoverem verdadeiros saques às populações locais.

Apoiado pelo exército, Augusto estabeleceu a Paz Romana dentro do império, pondo fim a luta de facções, impedindo a chegada ao senado de pessoas que fossem usar sua posição de senador para a promoção de projetos políticos pessoais. Esta paz estendeu-se por toda área mediterrânea com um acirrado combate a pirataria, tornando a navegação segura o que dinamizou ainda mais a atividade comercial. Podemos avaliar o impacto destas medidas junto à população e como estas aumentaram ainda mais o prestígio de Augusto pela narrativa de Suetônio. Segundo o autor, já nos últimos dias de sua vida, o soberano viajando pela costa da Campânia, quando em Puteoli seu navio passou junto a uma embarcação mercante que acabava de chegar de Alexandria, a tripulação e os passageiros do navio alexandrino vestidos de branco, enfeitados com grinaldas e queimando incensos saudaram Augusto, clamando que era a ele que deviam suas vidas, a liberdade e a prosperidade que desfrutavam.

Apesar da liberalidade das autoridades romanas em relação aos habitantes de suas províncias, como acima já nos referimos, a questão da cidadania plena a que os provinciais tanto aspiravam, ainda não se havia efetivado no final da república, persistindo uma grande diferença entre a situação jurídica dos habitantes da Itália e os das outras regiões do império. A ampliação da cidadania nacional da Itália foi um processo gradual, iniciado com a fundação de colônias de cidadãos romanos nas províncias, ou conforme os provincianos adquirissem esta cidadania. O exército jogou um papel preponderante: o serviço militar conferia a cidadania romana; e como as

tropas eram recrutadas principalmente nas províncias, abriu-se uma perspectiva para a emancipação dos provincianos. Quando o imperador Cláudio, que permitiu que os líderes gauleses participassem do *cursus honorum* e os integrou ao Senado, ressuscitou o cargo de censor e empreendeu um censo, descobriu que o número de cidadãos aumentara em mais de um milhão desde o fim do reinado de Augusto. O corpo cívico tornara-se uma coisa nova, pois se incluía os provincianos, como também italianos, também incluía cidadãos libertos, assim como nascidos livres. Abrigava diferentes nacionalidades e classes diferentes; e o seu crescimento tendia a abolir essas diferenças.

A abolição das diferentes nacionalidades significava o surgimento do que podemos chamar de uma nacionalidade mediterrânea. Podemos datar o surgimento desta nova nacionalidade a partir do reinado de Adriano. Ele foi o primeiro imperador a diminuir os privilégios peculiares da Itália: visitou e fez obras públicas em quase todas as províncias do império; permitiu o recrutamento de tropas orientais concedendo a um grego o comando de uma província de fronteira; como seu antecessor Trajano fizera em escala maior, espalhou colônias romanas por todo o império. Meio século após a morte de Adriano, o imperador Sétimo Severo, ele mesmo africano de nascimento, aboliu os privilégios militares e concedeu cidadania a muitas cidades provincianas, especialmente sua própria cidade natal. Finalmente, em 212, o imperador Caracala assinou a *Constitutio Antonina*, pela qual todos os nascidos livres nas comunidades do império ganharam a cidadania romana. O édito de Caracala é até hoje lembrado como um marco na história do império. Mas não podemos esquecer que o surgimento de uma nacionalidade mediterrânea não foi invenção de um imperador, mas sim uma consequência natural da mistura étnica que se processava no interior do seu território e de um sentimento bastante característico do povo romano, a *Humanitas*.

Humanitas pode ser compreendida, por uma parte, com o sentido de dignidade de personalidade própria de caráter peculiar, que deve se desenvolver ao máximo; por outra significa o reconhecimento da personalidade dos demais e seu direito de cultivá-

la. Este reconhecimento implica transigência, domínio de si, mas também simpatia e consideração pelo outro. A esta ideia peculiar ao romano veio juntar-se o estoicismo grego, corrente filosófica que pregava a igualdade entre os homens. Erastótenes recusava-se a concordar com aqueles que dividiam a humanidade em gregos e bárbaros, aconselhando ser melhor distinguir os homens em bons e maus. Esta filosofia desfrutou de grande popularidade em Roma, desde os dias de Cipião aos de Marco Aurélio.

O estoicismo influenciou fortemente os legisladores romanos com suas doutrinas de uma lei universal da natureza e a igualdade de todos perante a lei. Mas, mesmo antes da chegada do estoicismo à Roma, problemas de ordem prática tinham levado os pretores romanos a criar procedimentos legais, que gradativamente foram criando uma lei comum, conduzindo ao desenvolvimento de uma cidadania comum. O chamado *ius praetorium* ou *ius gentium* nasceu da necessidade de resolver as questões comerciais, onde estivessem envolvidos comerciantes estrangeiros e que se tornaram mais frequentes à medida que a atividade comercial em Roma foi se tornando cada vez mais intensa. O *ius civile* da cidade, mesmo que não tivesse sido uma prerrogativa dos cidadãos romanos, não serviria para resolver as disputas comerciais. Este era apropriado para se aplicar à comunidade agrícola e não ao meio urbano. A lei dos pretores era mais moderna e alcançou um reconhecimento geral na região mediterrânea.

Os pretores haviam formulado em seus éditos um sistema legal que tinha ao mesmo tempo a simplicidade e a ausência do formalismo arcaico necessárias às causas comerciais, assim como a universalidade de aplicação que se adequaria às condições gerais do comércio mediterrâneo. Esta lei simples e universal, embora formulada pelos pretores, foi relacionada à concepção de uma lei da natureza. É bem possível que os juristas romanos tenham percebido o caráter “natural” do *ius gentium* mesmo antes de se imbuírem da filosofia estoica. O nascimento de uma escola de jurisconsulto em Roma fez com que a aplicação prática do *ius gentium* no tribunal pretoriano passasse a ser suplementada pela investigação científica; a partir do século II a. C um corpo de juristas

treinados trabalhou no sentido de elucidar e desenvolver as implicações do “novo direito”.

O prestígio do *ius gentium* afirmou-se quando no reinado de Adriano, este ordenou ao jurista Sálvio Juliano que codificasse o édito pretoriano em sua forma fixa e final. A esta altura, a lei urbana de Roma se expandira as necessidades do novo estado mediterrâneo; um *ius gentium* considerado válido para todos os homens livres em todos os lugares, assumiu um aspecto ideal por sua íntima relação com a lei da natureza. Mas, não só o estoicismo influenciou os romanos. O surgimento do cristianismo com sua ênfase na igualdade e numa sociedade universal irmanada pelo amor ao Cristo foi um outro fator colaborador da ideia de dissolução das diferenças entre os homens livres do império, não importando se estes habitassem a península Itálica, a Ibéria, a Gália, ou até mesmo a longínqua Bretanha.

O cristianismo nasceu na Palestina, região do Mediterrâneo oriental, mas espalhou-se com muita rapidez. Trinta anos após a morte de Cristo já havia núcleos cristãos estabelecidos na península Ibérica. Esta propagação tão rápida deveu-se, sem nenhuma dúvida, ao comércio mediterrâneo cujos passageiros ou tripulantes levavam a mensagem cristã para as cidades, onde seus barcos atracavam. A ascensão do cristianismo foi um processo longo e tortuoso. Seus seguidores foram alvo das perseguições do Estado romano, fato que deu origem a centenas de mártires, o que só fez aumentar o número de seus seguidores. Contudo, estas perseguições foram esporádicas e na maior parte do tempo os cristãos viviam sossegados dentro do império, sem serem oprimidos por suas crenças religiosas.

Em parte, isto se devia a própria atitude das comunidades cristãs. Os seguidores de Cristo não pregavam em praça pública como os filósofos cínicos. Em vez disto, os candidatos a membro eram cuidadosamente escolhidos, cuidadosamente preparados para a iniciação e, uma vez iniciados, tinham que passar por uma série de grandes provas

até conhecerem a diferença entre os que pertenciam e os que não pertenciam a comunidade. No final do século II as conversões tornaram-se numerosas e isto tem a ver com as modificações ocorridas no império, expressas pela paz interna, por uma crescente prosperidade. Estes fatores impactaram o modo de vida das classes mais abastadas, mas também dos menos privilegiados. As primeiras marcavam a diferença que os separava do restante da população aferrando-se aos seus costumes tradicionais da cidade antiga.

O comércio e a emigração, contudo, modificaram substancialmente a percepção dos que pertenciam as classes menos favorecidas, fazendo com que para estes houvesse uma perda do sentido de tradição e lealdade. A possibilidade de viajar tornou os horizontes mais vastos prejudicando o sentimento de lealdade local. Contudo, houve um preço a pagar. Já não se sentindo cidadãos de suas cidades, mas sim, cidadãos do mundo romano rompeu-se a noção de pertencimento e segurança proporcionado pela vida comunitária. O mundo então parecia assumir um aspecto impessoal e muitas vezes ameaçador.

A crise que se abateu sobre o império no século III, crise de múltiplos aspectos— político, social, econômico e até mora—acabou por fazer triunfar o cristianismo. Isto porque, num momento em que o Estado parecia abdicar de suas funções de proteção à população, a Igreja vai ao encontro daqueles que se sentiam desamparados. A ajuda alimentar aos famintos e o constante trabalho de socorro aos doentes e feridos conferiu-lhe cada vez mais prestígio aumentando as conversões ao credo cristão.

Em Roma a Igreja sustentava 1500 pobres e viúvas perto do ano de 250. As igrejas de Roma e Cartago mandaram para a África e Capadócia muito dinheiro destinado a remir cativos, após as invasões bárbaras de 254 e 256. Meio século antes, o Estado Romano havia lavado as mãos, frente a problemas idênticos abandonando os pobres provinciais. Os juristas romanos declararam que mesmo os cidadãos romanos deveriam

continuar escravos particulares daqueles que os haviam comprado aos bárbaros. Na realidade, ser cristão, em 250, dava mais garantias a um homem do que ser *cives romanus*. Quando no século IV, Constantino cessa as perseguições que seus antecessores haviam realizado contra os cristãos e pratica uma política de aproximação com a Igreja inicia-se uma nova fase na história do Império. Nela, paulatinamente a antiga religião do estado romano vai sendo abandonada, sendo substituída pelo cristianismo. É o início do Império Romano Cristão, que no Ocidente conheceu seu fim material no século V com a tomada de Roma pelos hérulos, comandados por Odoacro no ano de 476, embora sua ideologia tenha sobrevivido a este acontecimento, marcando a mentalidade coletiva das populações mediterrâneas ocidentais até o fim da época medieval.

Constantino teve que vencer as maiores resistências ao cristianismo na parte oriental do Império. Embora, a nova fé tenha nascido nesta região e a partir dela se propagado por toda a extensão do Mediterrâneo, o paganismo ainda estava profundamente arraigado na sua cultura. Os helenos mantiveram a vida das universidades de Atenas, de Alexandria e de outros centros menores até a conquista árabe. O gosto pela especulação filosófica e a admiração pelos pensadores do último período do pensamento grego, a chamada trindade dos espíritos divinos – Sócrates, Platão e Aristóteles—faziam com que muitos afirmassem que o cristianismo concorrera para o fim da ciência grega.

No Ocidente o panorama era bem outro. A conversão à nova religião de Estado foi se efetivando com o apoio do governo imperial, partindo das cidades para o campo. Na zona urbana o grupo mais resistente foi a aristocracia senatorial apegada ao paganismo, mais por uma questão de respeito à tradição do que por considerações de crença religiosa. O paganismo rural era de caráter muito distinto da religião oficial do Estado romano, que havia sido aquele adotado nas cidades. Os camponeses veneravam, sobretudo, divindades locais, cuja fama se estendia a um território mais ou menos

amplo, mas sempre circunscrito a uma comarca ou região. A Igreja organizou um intenso trabalho de conversão destas populações campesinas, tendo os missionários lutado contra as práticas pagãs de todas as formas possíveis. Podemos afirmar que no princípio do século VIII toda a população europeia mediterrânea era cristã, embora as sobrevivências pagãs tenham persistido durante muitos séculos.

A queda de Roma, longe de enfraquecer a Igreja, consolidou-a, o que tornou possível o processo de cristianização dos invasores germanos que vieram do norte. O desaparecimento da figura de um imperador no ocidente fez com que a autoridade do bispo de Roma crescesse, sendo, que em muitas ocasiões este passou a exercer as funções que outrora eram atribuições daquele. O papa era o chefe de uma cristandade latina ancorada na herança romana. Estes dois elementos – o catolicismo romano e a herança romana—acabaram por conferir uma identidade as populações do Mediterrâneo ocidental, fazendo com que um profundo sentimento de alteridade nascesse nestas em relação aos povos germânicos, que ao invadir o Império acabaram por fragmentar o seu território nos chamados reinos bárbaros. Mas, ao fazer isto, houve um deslocamento gradativo da vida europeia, antes centrada nas regiões costeiras do Mediterrâneo para as regiões centrais e nórdicas. Este processo acelerou-se, quando a expansão muçulmana ao tomar o norte-africano acabou por encerrar definitivamente a época em que o Mediterrâneo era o *Mare Nostrum* dos cristãos.

REFERÊNCIAS

BROWN, Peter. **O Fim Do Mundo Clássico**. De Marco Aurélio a Maomé. Lisboa, Verbo, e/d.

COCHRANE, Charles Norris. **Cristianismo e Cultura Clássica**. Um Estudo das Idéias e da Ação de Augusto a Agostinho, 2012.

GRANT, Michael. **O Mundo de Roma**. São Paulo: Editora Arcadia, 1994.

GRIMAL, Pierre. **El Helenismo y el auge de Roma. El mundo Mediterrâneo em la edad Antigua II Historia Universal**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 1972.

ROLDÁN, José Manuel. **La Republica Romana Tomo I**. Madrid: Cátedra, 1987.